



INSTITUIÇÕES ESCOLARES E FAMILIARES NO CONTROLE DE FORMAÇÕES ESCOLARES DE MULHERES TRANSEXUAIS E TRAVESTIS

Lua Lamberti de Abreu¹
Clara Hanke Ercoles²
Eliane Rose Maio³

Resumo

Este trabalho visa problematizar a relação educacional num contexto de escola formal, normativa e hetero-cis-sexista, com a formação de autoimagem e performance de gênero nas jovens sujeitas travestis e transmulheres, trazidas ao debates por meio de entrevistas e bibliografias de metodologias similares. Trazendo discussões sobre poder, controle e disciplina de autores da área dos feminismos, estudos de sexualidades e gênero, buscamos tencionar atitudes muitas vezes naturalizadas, que desdobram-se em traumas e violências para pessoas com marcadores que desviem das normas ficcionadas como hegemônicas, do sujeito hegemônico masculino, heterossexual, cisgênero, branco, cristão etc.

Palavras-chave: Educação. Instituições sociais. Transgêneros.

A mulher transexual e travesti e sua formação nas instituições sociais

As estatísticas revelam quão hostil o Brasil tem sido à população LGBT. Pesquisas como *TransgenderEurope* (TGEU, 2016) revelam que o Brasil ocupa o primeiro lugar em assassinatos de pessoas transgêneras no mundo, entre Janeiro de 2008 e Dezembro de 2015. Levantamentos realizados pela Associação Nacional de Transexuais e Travestis (ANTRA, 2018) denunciam a morte de 179 pessoas Trans no Brasil durante o ano de 2017. São corpos que habitam a marginalidade, que lá estão porque outros espaços não receberam e aceitaram a essas pessoas.


A partir desse contexto, suscitou-nos a pergunta: Como as instituições básicas da sociedade (como a família e escola) intervêm na formação escolar da mulher transexual e/ou travesti?

¹Mestranda no Programa de Pós-Graduação em educação, da Universidade Estadual de Maringá; Formada em Artes Cênicas – Licenciatura em Teatro, pela mesma instituição; integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Diversidade Sexual (NUDISEX) desde 2016. Luax.l.de.a@gmail.com

² Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá, claraercoles@hotmail.com

³Doutora em Educação Escolar; Psicóloga; Professora da Universidade Estadual de Maringá; e-mail: elianerosemaio@yahoo.com.br





Propusemo-nos, então, ouvir sujeitas travestis em sua trajetória escolar, seus processos de entendimento e empoderamento, as violências, as memórias e os afetos de suas vivências, sendo elas: Verônica, Dandara e Andy. Esses nomes são fictícios, a fim de preservar a verdadeira identidade dessas mulheres e foram escolhidos esses nomes por nosso breve debate de nomes significativos e que priorizassem o anonimato das interlocutoras. Chamamos para o debate, também, pesquisadoras que já compartilharam desta mesma metodologia, cruzando dados com entrevistadas e pesquisadoras travestis de outros recortes, portanto, outros territórios subjetivamente bricolados por outros atravessamentos históricos, sociais, econômicos, culturais etc. São elas: Luma Nogueira de Andrade (2012), em sua tese de doutorado, que também dialoga com sujeitas travestis e transmulheres, sendo ela a primeira trans doutora do país; Megg Rayara Gomes de Oliveira (2017), primeira doutora travesti e negra do Paraná, que dialoga com “bixas” pretas e suas trajetórias educacionais, cruzando com sua vivência de travesti nos meios educacionais.

As entrevistas que fizemos foram gravadas em áudio com autorização delas e realizamos separadamente, a fim de que cada uma se sentisse mais à vontade em se expressar e relatar melhor suas histórias. Escolhemos diferentes locais, como parques da cidade e a casa de uma das autoras deste texto. Aconteceram no período de Setembro a Novembro de 2015.


Para que se conheça melhor o perfil de cada entrevistada no momento da entrevista, podemos destacar: Veronica, 23 anos, moradora em um abrigo, Maringá. Dandara, 22 anos, estudante, Maringá. Andy, 22 anos, estudante, Maringá.

Diversas pesquisadoras dos feminismos e dos estudos de gênero já denunciaram anteriormente os perigos das estruturas escolares na subjetivação de mulheres, negros e negras, gays, lesbianas, na juventude LGBT ou que se enquadre como marginal em relação ao sujeito homem branco eurocêntrico cristão de poder aquisitivo, cisgênero e heterossexual.

As normas que regem nossa sociedade objetivam moldar corpos entre feminino e masculino, conhecido como sistema binário. Ela se configura por meio da repressão e censura, segundo Guacira Lopes Louro (2003). Espera-se de cada pessoa a expressão conforme o padrão de feminilidade ou masculinidade através de gestos, modo de agir, ser e falar. e dessa maneira, estabelecem-se as relações de poder. Tais hierarquias são construídas não apenas através de gênero, mas também de raça, classe e sexualidade.

A busca por essa norma violenta àquelas e àqueles que ameacem-na ou questionem sua binaridade e seu engessamento, como é o caso das pessoas transgêneras, que trazem à tona a historicidade e os vetores sócio-econômico-racial-cultural-religiosos, ou seja,





intersecções de diversas instâncias que moldam, educam, docilizam, influenciam e controlam os e as sujeitas.

Megg R. Gomes de Oliveira (2017) relata processos opressivos muito parecidos na vivência de jovens “bixas” pretas no percurso educativo. Não é o intuito aqui dizer que são iguais, mas justamente apontar que diferentes marcadores, como sexualidade, gênero, classe social, raça, pertencimento étnico, entre outros, podem estar acompanhados de situações violentas originárias da mesma intolerância e raiz de preconceito, de punir aqueles que desviam da ficção de norma.

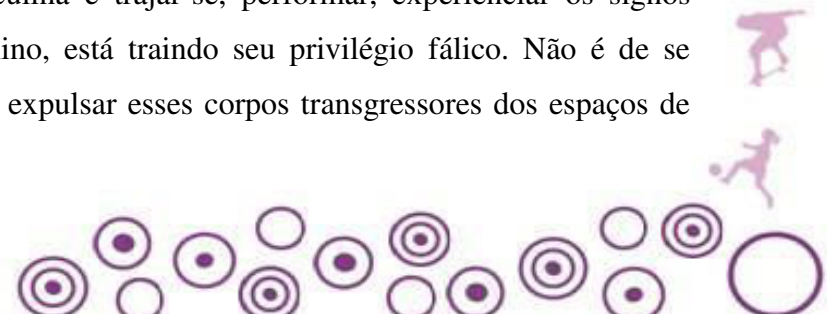
A biopolítica de Michel Foucault (1979) denuncia pensamento higienista que disciplina para o controlado corpo humano em uma ação coletiva. Para que dessa forma produza-se sujeitas/os normalizadas/os e domesticadas/os para uma norma familiar que visa o progresso da sociedade. Através da heteronormatividade, Foucault (2009), figurada pelo casal legítimo e procriador, tem-se o modelo verdadeiro e “natural”. Qualquer forma que não esteja dentro deste ideal, o poder reprime e estigmatiza por meio da disciplina para educar esses corpos, tornando-os dóceis e submissos.


Corpos transgêneros transgridem a heteronormatividade e corrompe o pensamento higienista, as biopolíticas e a estrutura de poder. Por isso são hostilizados e marginalizados dentro da sociedade. Como não podem ser disciplinados, são punidos.

Estruturas estáticas como as escolas, não diferente de outras instâncias de controle e disciplinamento de corpos, são espaços perigosos para o universo de pluralidades que tange a norma hegemônica. Louro (2003) afirma que a escola, não só entende, como produz as diferenças e desigualdades, como as de gênero, por exemplo. É a escola que delimita o que pode ou não pode fazer, que delimita o lugar de meninos e meninas. Ela “estampa” em suas alunas e alunos, também em professoras e professores, a matriz heterossexual.

Guacira Lopes Louro (2001) cita na história de Máirtín Mac and Ghail, que uma troca de flores entre homens é mais ameaçadora que uma luta entre ambos. Porque as flores desafiam a norma masculinista imposta, borra o afeto masculino. A luta reforça o estereótipo, mesmo que socialmente repudiada.

A criança travesti, ou “afeminada”, é a personificação do buquê de flores trocado entre homens. Rita Von Hunty, Drag e professora, diz em entrevista que o “homem” que opta, decide, ousa transgredir a norma masculina e trajar-se, performar, experienciar os signos sociais atrelados ao universo do feminino, está traindo seu privilégio fálico. Não é de se espantar que a retaliação vingativa seja expulsar esses corpos transgressores dos espaços de normatização masculinista.





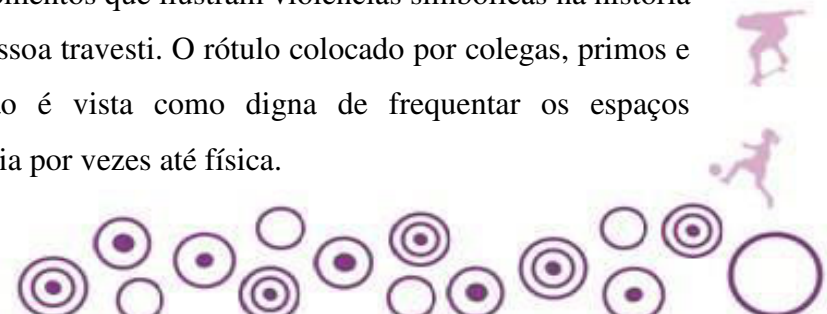
A expectativa da família e da sociedade sobre a criança, no que se refere ao seu gênero, pode começar antes mesmo de seu nascimento. E, por suposto, tem como objetivo formar corpos para o exercício da heterossexualidade. Berenice Bento (2012) levanta três momentos que claramente demonstram essas expectativas.


A primeira se dá no nascimento (ou mesmo antes dele), quando a médica ou o médico designa o gênero a partir no nosso sexo. As roupas, cores e mobílias e todas as coisas precisam reiterar o esperado de cada gênero. Projeções e expectativas são fomentadas a partir deste anúncio. Em segundo, através dos brinquedos. Eles precisam reforçar o que foi anunciado. Bento (2012) dá ao brinquedo a função de “prótese identitária”, pois certificam o feminino e o masculino. E terceiro, as instituições sociais “família” e “escola”, por meio dos discursos e falas, como “menino não chora!”, “comporte-se como uma menina!”, “isso é coisa de bicha!”. Transgredir os espaços delimitados, como já dito anteriormente, faz com que a criança seja problematizada e/ou censurada, ou, “controle produtor”. Mas muitas vezes, meninos e meninas querem apenas explorar o mundo e se conhecer, e são mal interpretadas por essas instituições pois são confundidos quanto sua sexualidade ou gênero. Controlar esses corpos pueris, reduzindo suas expressões apenas ao “feminino” ou “masculino” é limitar a construções da identidade. Simone de Beauvoir (1967) propõe que homens e mulheres deveriam ter acesso ao mundo feminino e masculino a fim de que se construíssem indivíduos completos.

Os repúdios contra os “trejeitos afeminados” fazem-se também presente nas vivências escolares. Nos escritos de Luma de Andrade, primeira doutora travesti do Brasil, temos que muitos gestores/as, professores/as e alunos/as desconhecem a identidade trans, e rotulam todas as pessoas que performatizam signos sociais lidos como femininos, desde homossexuais, trans e travestis, até o simples conceito de “trejeito afeminado” performado por qualquer corpo fálico, coibido a performar a masculinidade hegemônica.

Uma de nossas entrevistadas, Andy, relata em suas experiências que em almoços em família, por saber que sofreria violência dos primos em decorrência da sua performance social nada dentro dos padrões hegemônicos de masculinidade, ou seja, uma criança com “trejeitos afeminados”. Ainda sobre esse episódio, mesmo quando Andy expressava que não queria ir nas reuniões familiares, a resposta era “Você não tem querer”.

Deste relato, destacamos dois momentos que ilustram violências simbólicas na história da juventude LGBT na condição que pessoa travesti. O rótulo colocado por colegas, primos e familiares, de criança afeminada. Não é vista como digna de frequentar os espaços masculinos, sendo rejeitada com violência por vezes até física.





É um contrato implícito de negação da diferença, de convite à evasão desses espaços, sejam eles familiares ou escolares. Andy preferia ausentar-se a ser violentada em seus encontros familiares, mesmo que seu querer não fosse concedido. Não diferente da realidade de muitas jovens trans que abandonam os estudos por violências dentro do chão de escola.

Bento (2012) aponta que a escola é uma instituição incapaz de lidar com a diferença e pluralidade, além de ser a maior produtora da cis-heteronormatividade. A homofobia acontece de forma velada e invisível. Por isso, quando alunos e alunas abandonam a instituição escolar porque não se encaixam em padrões de gênero ou sexualidade, não se trata de uma simples evasão, mas de expulsão. Sobre isso, Bento (2012) esclarece:

A natureza da violência que leva uma criança a deixar de frequentar a escola porque tem que trabalhar para ajudar a família, não é da mesma ordem daquela que não consegue se concentrar nos conteúdos transmitidos porque é “diferente”. (BENTO, 2012, p. 175)

Então, diferente de uma aluna ou aluno que evade a escola por problemas externos não é equiparado às mesmas motivações que uma pessoa LGBT, que não suporta o ambiente hostil em que está inserida, o que caracteriza-se por expulsão delas e deles.

Portanto, como nos relatos familiares de Andy e nas bibliografias escolares, a norma tende a vigiar, corrigir por meio de violências simbólicas e físicas, a manifestação de performances transgressoras.

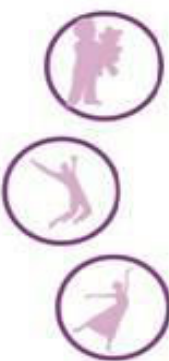
O outro ponto do depoimento traz a resposta do “Você não tem querer”. A criança, além de violentada, é culpada por suas mazelas, como uma resposta esperada ao ato de transgredir. Se seus primos te agridem por você agir diferente deles, esforce-se em não ser tão diferente assim; como os casos de violências escolares em que a criança violentada ouve dos/as orientadores/as que sua ousadia é a culpada de tal ação.

As interlocutoras de Luma relatam também vezes que foram convidadas a retirarem os sutiãs que trajavam por debaixo das camisetas do uniforme, e episódios de violência perpetuada pelos/as responsáveis por culpabilizarem as vítimas.

Referências

ANDRADE, Luma Nogueira de. **Travestis na Escola: Assujeitamento e Resistência à Ordem Normativa**. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2012.





ANTRA. **Mapa dos assassinatos de travestis e transexuais no Brasil em 2017.** 2018. Disponível em: <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2018/02/relatc3b3rio-mapa-dos-assassinatos-2017-antra.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2018.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: a experiência vivida.** Tradução de Sérgio Milliet. 2. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BENTO, Berenice. **O que é transexualidade.** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A vontade de saber.** Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. São Paulo: Graal, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista.** 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

LOURO, Guacira. **O Corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade.** 2. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

OLIVEIRA, MeggRayara Gomes de. **O Diabo em forma de Gente: (R)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação.** 1ª edição. Curitiba: Editora Prismas, 2017.

PEREIRA, Guilherme Terreri. **Perfil Diversidade – Episódio 1: Guilherme e Rita.** 2013. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=RINt0JHu71g>> Acesso em 28jul. 2018.

TRANSGENDER Europe. **Trangender Day ofVisibility 2016 – TransMurderMonitoring Update.** 2016. Disponível em: <<https://tgeu.org/transgender-day-of-visibility-2016-trans-murder-monitoring-update/>>. Acesso em: 23 jul. 2018.





UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG

Catálogo na Publicação:

Bibliotecária Simone Godinho Maisonave – CRB -10/1733

S471a Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade (7. : 2018 : Rio Grande, RS)

Anais eletrônicos do VII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade, do III Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade e do III Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade [recurso eletrônico] / organizadoras, Paula Regina Costa Ribeiro... [et al.] – Rio Grande : Ed. da FURG, 2018.

PDF

Disponível em: <http://www.7seminario.furg.br/>

<http://www.seminariocorpogenerosexualidade.furg.br/>

ISBN:978-85-7566-547-3

1. Educação sexual - Seminário 2. Corpo. 3. Gênero 4. Sexualidade I. Ribeiro, Paula Regina Costa, org. [et al.] II. Título III. Título: III Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade. IV. Título: III Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade.

CDU 37:613.88

Capa e Projeto Gráfico: Thomas de Aguiar de Oliveira
Diagramação: Thomas de Aguiar de Oliveira

